

Círculo de Cultura como ferramenta de pesquisa e cuidado em saúde mental de mulheres quilombolas

 Giovanni Sampaio Queiroz ¹,  Jáder Ferreira Leite²,  Maria Valquíria Nogueira do Nascimento ³

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPgPsi). Campus Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Laboratório de Psicologia, Sala 623 - bairro Lagoa Nova. Natal - RN, Brasil. ² Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. ³ Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Autor para correspondência/Author for correspondence: giovannisq.psi@gmail.com

RESUMO. Este estudo tem como objeto a produção de conhecimento e cuidado em saúde mental a partir de uma experiência de pesquisa participativa com mulheres quilombolas, sob uma perspectiva interseccional. O objetivo foi analisar as contribuições do Círculo de Cultura para a produção de conhecimento e cuidado em saúde mental sob uma perspectiva interseccional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada nos princípios da educação popular e da interseccionalidade, realizada com 14 mulheres quilombolas da comunidade do Grilo, na Paraíba, onde a regularização das terras se encontra em andamento. Metodologicamente, utilizamos o Círculo de Cultura, que promoveu diálogo e reflexão sobre o cotidiano e a produção de saúde mental, além do registro em diário de campo das percepções do primeiro autor, em um processo de participação-observante. Os resultados indicam que a dialogicidade possibilitou mudanças de pensamento articuladas a ações transformadoras, por meio do processo de ação-reflexão-ação coletiva. Expressam-se também a articulação entre dimensões singulares e as intersecções dos sistemas de opressão nos corpos-territórios, reconhecidas de forma coletiva. Conclui-se que o Círculo de Cultura, enquanto metodologia participativa, possibilitou a problematização coletiva das experiências de racismo vividas por mulheres quilombolas na escola e funcionou simultaneamente como ferramenta de produção de conhecimento e cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: círculo de cultura, interseccionalidade, pesquisa participativa, saúde mental, mulheres quilombolas.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20627	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

The Culture Circle as a tool for research and mental health care among Quilombola women

ABSTRACT. This study focuses on the production of knowledge and mental health care based on a participatory research experience with Quilombola women, from an intersectional perspective. The objective was to analyze the contributions of the Culture Circle to the production of knowledge and mental health care from an intersectional perspective. This is a qualitative study, grounded in the principles of popular education and intersectionality, conducted with 14 quilombola women from the Grilo community in Paraíba, where land regularization is currently underway. Methodologically, we utilized the Culture Circle, which fostered dialogue and reflection on daily life and mental health, in addition to the first author's field notes recording her perceptions through a process of participant observation. The results indicate that dialogicity enabled shifts in thinking linked to transformative actions through the process of action-reflection-collective action. The articulation between singular dimensions and the intersections of systems of oppression in body-territories, collectively recognized, is also expressed. It is concluded that the Culture Circle, as a participatory methodology, enabled the collective problematization of the experiences of racism lived by quilombola women at school and simultaneously functioned as a tool for the production of knowledge and mental health care.

Keywords: culture circle, intersectionality, participatory research, mental health, quilombola women.

El Círculo de Cultura como herramienta de investigación y cuidado en salud mental de mujeres quilombolas

RESUMEN. El objetivo de este estudio es analizar la producción de conocimiento y la atención en salud mental a partir de una experiencia de investigación participativa con mujeres quilombolas, desde una perspectiva interseccional. El objetivo fue analizar las contribuciones del Círculo de Cultura a la producción de conocimiento y atención en salud mental desde una perspectiva interseccional. Se trata de una investigación cualitativa, basada en los principios de la educación popular y la interseccionalidad, realizada con 14 mujeres quilombolas de la comunidad de Grilo, en Paraíba, donde se encuentra en curso la regularización de las tierras. Metodológicamente, utilizamos el Círculo de Cultura, que promovió el diálogo y la reflexión sobre la vida cotidiana y la producción de salud mental, además del registro en diario de campo de las percepciones del primer autor, en un proceso de observación participativa. Los resultados indican que la dialogicidad permitió cambios de pensamiento articulados a acciones transformadoras, a través del proceso de acción-reflexión-acción colectiva. También se expresa la articulación entre dimensiones singulares y las intersecciones de los sistemas de opresión en los cuerpos-territorios, reconocidas de manera colectiva. Se concluye que el Círculo de Cultura, como metodología participativa, permitió la problematización colectiva de las experiencias de racismo vividas por las mujeres quilombolas en la escuela y funcionó simultáneamente como herramienta de producción de conocimiento y cuidado en salud mental.

Palabras clave: círculo de cultura, interseccionalidad, investigación participativa, salud mental, mujeres quilombolas.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado em Psicologia, realizada entre os anos de 2023 e 2024, com um grupo de 14 mulheres quilombolas da comunidade do Grilo, na Paraíba, e contou com apoio do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ao longo de toda a sua execução. O artigo objetiva relatar uma experiência de pesquisa participativa fundamentada no Círculo de Cultura e analisar suas contribuições para a produção de conhecimento e cuidado em saúde mental, a partir das experiências das participantes, sob uma perspectiva interseccional, enquanto ferramenta de investigação e práxis crítica comprometida com a compreensão das múltiplas relações de poder que atravessam suas trajetórias (Collins, 2022; Kyrillos, 2024).

Embora o Círculo de Cultura tenha possibilitado a emergência de diferentes temas relacionados às experiências de vida das participantes, foram as memórias de racismo vivenciadas no contexto escolar que se destacaram como tema gerador central das discussões. Tais experiências produzem efeitos que extrapolam o período escolar, repercutindo nos processos de constituição identitária, autoestima, reconhecimento social e saúde mental ao longo da vida.

Nas comunidades quilombolas, essa problemática adquire contornos particulares. As experiências escolares são atravessadas não apenas pelas relações raciais, mas também pelas desigualdades territoriais, pelas disputas em torno do reconhecimento étnico-racial e pelos processos históricos de exclusão que marcam a vida das populações negras rurais. Nesse contexto, compreender os impactos psicossociais do racismo escolar exige considerar as relações entre território, identidade, memória coletiva e produção da saúde mental (Santos e Santos, 2020).

Nessa perspectiva, ao analisar as experiências de racismo na escola vividas pelas mulheres participantes, este trabalho busca contribuir para o debate acerca das relações entre processos educativos, racismo e saúde mental em comunidades quilombolas, dialogando com as discussões sobre sofrimento, cuidado, pertencimento e resistência em contextos educativos não urbanos. Assim, o estudo não parte apenas da recuperação de memórias escolares, mas da compreensão de como essas experiências continuam incidindo sobre a vida das participantes e como ferramentas coletivas de diálogo e problematização crítica, como o Círculo de Cultura, sobretudo em contextos de pesquisa participativa, podem favorecer processos de elaboração, conscientização e produção de conhecimento e cuidado em saúde mental.

Para tanto, consideramos importante assumir, desde já, que a forma como a interseccionalidade transversaliza este trabalho não pretende abarcar todos os significados e possibilidades de seu uso, em razão do seu caráter fundamentalmente dialógico (Collins, 2022). Seus modelos de uso são sempre provisórios (Oyèwùmí, 2021; Pereira, 2021; Collins, 2022; Vigoya, 2023), pois devem considerar em suas propostas as localizações sociais distintas de sujeitos(as) e grupos na intersecção das relações de poder e como relacionalmente e de maneira complexa exercem influência sobre a produção de conhecimento (Collins, 2022).

Em respeito às contribuições históricas do feminismo negro e ao entendimento de que todo conhecimento é situado (Haraway, 1995), consideramos importante explicitar nossas localizações sociais. Somos dois homens brancos, gays, e uma mulher branca, heterossexual, todos(as) cisgênero, nordestinos(as), de classe média e com acesso à pós-graduação. Ao longo de nossas trajetórias acadêmicas e profissionais, temos buscado refletir criticamente sobre os privilégios e desigualdades associados a essas posições, reconhecendo sua influência na produção deste estudo e assumindo responsabilidade pelas análises aqui construídas.

Esse exercício de reflexividade contribuiu para compreendermos a branquitude como uma estrutura de poder que organiza as relações sociais no Brasil beneficiando-nos continuamente, ainda que outros marcadores produzam experiências de discriminação em nossas trajetórias (Bento, 2022). Reconhecer essas posições não significa paralisar a crítica, mas fortalecer o compromisso ético e político com práticas de pesquisa comprometidas com a justiça social e o enfrentamento das desigualdades.

Uma vez que este estudo se produz a partir das experiências interseccionais das mulheres quilombolas do Grilo, consideramos coerente e necessário localizar onto e epistemologicamente a construção de conhecimento neste contexto ante a interseccionalidade enquanto modo de investigação e práxis crítica, afinada a um feminismo de política decolonial, de modo que sejam desvelados os processos de interação entre relações de poder de classe, gênero, raça, sexualidade, idade, corporeidade, território e outras complexidades relacionais dos sistemas e estruturas coloniais de subordinação e opressão, que operam cotidianamente na vida das mulheres quilombolas.

Em diálogo com o feminismo de política decolonial, compreendemos a interseccionalidade como uma perspectiva comprometida com a análise crítica das múltiplas relações de poder que estruturam a vida social e produzem desigualdades historicamente vinculadas aos processos de colonização, exploração e expropriação (Vergès, 2020). Desse

modo, assumir uma política decolonial da interseccionalidade é compreender que não se trata simplesmente de reconectar elementos de modo sistemático e abstrato, mas analisar tais elementos a partir da observação da existência de suas complexas relações/conexões com as consequências da colonização, denunciando-as.

Ao assumir a interseccionalidade como teoria e prática crítica, este estudo reconhece a ação social como dimensão constitutiva da produção do conhecimento, recusando dicotomias entre teoria e prática e reafirmando seu compromisso com a justiça social (Collins, 2022; Kyrillos, 2024). Forjada nas lutas dos feminismos negros contra o racismo, o sexismo e outras formas de opressão (Gonzalez, 2020a; Carneiro, 2003; Akotirene, 2022), essa perspectiva encontra na pesquisa participativa um caminho metodológico coerente, ao articular investigação, reflexão crítica e ação transformadora na construção coletiva de respostas às desigualdades sociais (Fals Borda, 1981; Moretti & Adams, 2011).

Ontologicamente, esse modo de fazer pesquisa questiona as concepções hegemônicas que historicamente orientaram a produção do conhecimento científico, tensionando dicotomias como teoria/prática, sujeito(a)/objeto e ciência/política. Ao fazê-lo, reconhece que todo conhecimento é produzido a partir de leituras de mundo situadas e atravessadas por relações de poder, contrariando pretensões de neutralidade e universalidade que marcaram a tradição científica ocidental (Freire, 1989; Haraway, 1995; Chassot, 2018).

Nessa direção, compreendemos a pesquisa participativa como uma abordagem que articula investigação, educação popular e transformação social, favorecendo a compreensão crítica das desigualdades e a construção coletiva de estratégias de enfrentamento (Fals Borda, 1981; Moretti & Adams, 2011). É nesse horizonte que situamos o uso do Círculo de Cultura como ferramenta de pesquisa comprometida com a produção compartilhada do conhecimento e com a transformação das realidades vividas, dialogando, neste estudo, com contribuições da interseccionalidade para a compreensão das complexas relações de poder que conformam as experiências das mulheres quilombolas da comunidade do Grilo.

Cabe destacar que não compreendemos o Círculo de Cultura como uma metodologia interseccional em sua origem ou formulação teórica. As contribuições de Paulo Freire foram construídas em um contexto histórico anterior à sistematização do conceito de interseccionalidade elaborada por intelectuais e movimentos feministas negros, de modo que ambas as perspectivas possuem trajetórias epistemológicas e políticas próprias. Entretanto, os princípios que orientam o Círculo de Cultura - a dialogia, a valorização dos saberes produzidos

na experiência, o respeito à autonomia dos(as) sujeitos(as), a circulação da palavra e a leitura crítica da realidade (Freire, 1967/2020) - criam condições favoráveis para que as complexas relações de poder e opressão, produtoras de desigualdade e movimentos de resistência possam ser problematizadas coletivamente. Nesse sentido, sua dinâmica metodológica possibilita que sujeitos(as) situados(as) em posições sociais distintas expressem e analisem criticamente experiências atravessadas por marcadores como raça, gênero, classe, território e geração, favorecendo aproximações com o campo da interseccionalidade.

Não se trata, portanto, de subsumir a educação popular à interseccionalidade, nem de reduzir a potência crítica do Círculo de Cultura a uma perspectiva analítica. Ao contrário, argumentamos que a aproximação entre esses campos pode ser compreendida como um movimento de enriquecimento mútuo, no qual a educação popular amplia as possibilidades de construção coletiva de leituras críticas sobre as desigualdades sociais, enquanto a interseccionalidade contribui para explicitar como diferentes relações de poder se articulam na produção concreta das experiências vividas. Tal articulação não é assumida aqui como um pressuposto universal do método, mas como uma construção situada que emerge da singularidade desta experiência de pesquisa participativa. Foi no encontro entre as trajetórias, os saberes e as leituras de mundo das mulheres quilombolas da comunidade do Grilo e do primeiro autor deste estudo, durante o Círculo de Cultura aqui analisado, que essa aproximação se tornou possível, orientando uma reflexão comprometida tanto com a compreensão crítica da realidade quanto com a construção de práticas coletivas de cuidado, autonomia e transformação social.

Assim, além de ser uma ferramenta coletiva de diálogo e configurar-se como espaço privilegiado de produção de saberes e práticas (Nascimento & Oliveira, 2020), o Círculo de Cultura, sob uma perspectiva interseccional, favorece processos de reflexão crítica capazes de ampliar os modos pelos quais os sujeitos(as) compreendem suas experiências e as relações sociais que as constituem. As repercussões desse movimento coletivo de problematização podem refletir na maneira como abordamos e compreendemos as relações interseccionais de poder, como valorizamos e construímos práticas de resistência e cuidado a partir de diferentes leituras de mundo.

Partindo desse horizonte, argumentamos que o compartilhamento e a reflexão crítica sobre as experiências de racismo vividas no contexto escolar pelas participantes possibilitaram não apenas a produção de conhecimento acerca das relações interseccionais de poder que

atravessam suas trajetórias, mas também a construção coletiva de práticas de cuidado, fortalecimento identitário e, portanto, de resistência.

Percurso metodológico

O presente trabalho foi realizado com um grupo de 14 mulheres, moradoras da comunidade quilombola do Grilo, localizada no município de Riachão do Bacamarte, no estado da Paraíba. A comunidade reúne atualmente 104 famílias em um território que segue em processo de regularização fundiária desde 2006. A luta pelo reconhecimento quilombola e pela garantia dos direitos coletivos sobre a terra constitui uma dimensão central da história da comunidade e tem sido protagonizada, em grande medida, pelas mulheres. Nessa trama histórica e social, o território do Grilo expressa uma trama de relações sociais, afetivas e políticas que conformam os modos de vida locais e os processos de resistência frente às desigualdades historicamente produzidas pelo racismo, pela concentração fundiária e pela negação de direitos (Queiroz, 2025).

As participantes são mulheres cisgêneras negras, com idades entre 19 e 64 anos, nascidas e residentes na comunidade. Suas trajetórias são atravessadas por múltiplas relações de poder que articulam raça, gênero, classe e território: possuem baixa escolarização, vivem predominantemente do trabalho agrícola, doméstico e de cuidado - geralmente não remunerado - e integram famílias cuja renda se concentra em até um salário mínimo, proveniente sobretudo de vínculos trabalhistas precários, aposentadorias ou benefícios sociais federais (Queiroz, 2025). Nesse contexto, a experiência cotidiana dessas mulheres é marcada tanto por condições estruturais de desigualdade quanto por práticas coletivas de organização, cuidado e resistência que sustentam a vida comunitária.

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, desenvolvido fundamentalmente aos moldes da pesquisa participante. Optamos pelo aporte teórico-metodológico qualitativo por considerarmos que a pesquisa participante, em diálogo com a educação popular, se apresentou como um caminho apropriado a seguirmos, por partir do princípio de que todas os(as) sujeitos(as) e culturas são produtoras genuínas de conhecimento.

Desse modo, a relação convencional de sujeito(a)-objeto, que existe entre o(as) pesquisador(a)-educador(as) e os grupos populares nos modos tradicionais e bancários de produção de conhecimento, deve amadurecer criticamente e se transformar em uma relação

sujeito(a)-sujeito(a). É via exercício da pesquisa em interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída (Brandão & Borges, 2007). Ou seja, partimos do pressuposto que nós somos ao mesmo tempo participantes e construtores(as) da realidade.

A produção deste estudo foi possibilitada pela inserção prolongada do primeiro autor junto ao coletivo de mulheres, articulando acompanhamento e participação nas atividades desenvolvidas pela comunidade. Tal posicionamento aproxima-se da participação observante (Krohling-Peruzzo, 2017), perspectiva que se distingue da observação participante ao pressupor um maior nível de envolvimento do pesquisador com o grupo, sem alcançar o grau de intervenção característico da pesquisa-ação. Nessa abordagem, o conhecimento é produzido no interior das relações construídas no campo, reconhecendo o envolvimento do pesquisador como parte constitutiva do processo investigativo.

Vale salientar, que a aproximação entre os autores e autora do estudo e o coletivo de mulheres quilombolas antecede a realização desta pesquisa e foi construída ao longo de anos de participação em ações de pesquisa, extensão e formação voltadas à saúde mental em contextos rurais. Esse vínculo foi sendo tecido por meio de encontros sistemáticos, diálogos, atividades comunitárias e da construção compartilhada de propostas coletivas de cuidado, o que possibilitou a construção de relações de confiança, reciprocidade e compromisso mútuo. Desse modo, a pesquisa aqui relatada, embora trate de um Círculo de Cultura específico, não emerge de uma inserção pontual no território, mas de uma trajetória de experiências e parcerias construída com as mulheres da comunidade. É da confluência entre diferentes saberes, práticas e experiências que este estudo ganha forma; contudo, foi no cotidiano da comunidade que a pesquisa encontrou suas principais referências, amadurecendo a partir das relações estabelecidas com as mulheres participantes (Queiroz, 2025).

Para tanto, este estudo fundamenta-se nos pressupostos da educação popular freireana, compreendendo a ação humana como potência para a construção de processos educativos dialógicos, críticos e criativos (Freire, 1980). Os princípios da dialogicidade, da problematização, do respeito aos saberes e da autonomia dos(as) sujeitos(as) atravessaram toda a trajetória de experiências e parcerias construídas com as mulheres quilombolas e foram essenciais para a mobilização do Círculo de Cultura que constitui o objeto deste relato. Tal abordagem possibilitou a criação de um espaço em que as mulheres da comunidade quilombola

do Grilo pudessem compartilhar suas experiências cotidianas, mobilizando aspectos que atravessam a saúde mental e as suas estratégias individuais e coletivas de produzi-la.

No decorrer de toda a prática grupal, foram centrais também para a mediação do diálogo a compreensão dos construtos centrais da interseccionalidade como premissas orientadoras que moldam a práxis interseccional, a saber: a relacionalidade, a complexidade, o contexto social, o poder, a desigualdade e a justiça social (Collins, 2022).

A mediação realizada nos encontros e nas interações cotidianas buscou afastar-se de uma posição de especialista responsável por interpretar ou explicar a realidade das participantes. Inspirado na educação popular freireana, o papel do pesquisador consistiu principalmente em formular perguntas, estimular reflexões e favorecer a circulação da palavra. Em diferentes momentos, as próprias participantes produziram análises críticas sobre as relações de gênero, raça e território presentes em suas vidas, cabendo ao pesquisador sustentar condições para que essas reflexões emergissem e fossem compartilhadas coletivamente.

Quanto às estratégias de produção, sistematização e análise das informações, as falas produzidas durante o Círculo de Cultura foram registradas por meio de um gravador de voz e foram posteriormente transcritas. A análise do material transcrito respeitou a manutenção de todos os turnos e falas das participantes e do mediador, sendo, posteriormente, realizada a leitura intensiva de todo o material - incluindo os diários de campo - em constante reflexão ante à interseccionalidade, a educação popular e a interpretação crítica das reflexões construídas pelas mulheres durante o Círculo de Cultura.

Essa experiência exigiu um exercício contínuo de reflexividade, pois os encontros construídos no território produziram afetos, inquietações e deslocamentos que passaram a compor o próprio processo de investigação. Nesse movimento, o diário de campo tornou-se espaço de registro e elaboração crítica das vivências compartilhadas, permitindo acompanhar os atravessamentos produzidos no encontro entre as mulheres quilombolas do Grilo e o primeiro autor, ambos sujeitos historicamente situados e marcados por diferentes experiências de raça, gênero, sexualidade, trabalho, território e pertencimento.

O movimento de elaboração das análises também foi inspirado pelas considerações de Pereira (2021) sobre os usos e possibilidades da interseccionalidade, de modo que, durante a leitura e reflexão crítica do material transcrito e dos diários de campo, questionamos que elementos presentes nas experiências das mulheres participantes referiram-se simultaneamente às relações interseccionais de poder e sistemas de opressão e como foram mobilizados nas suas

interações (Pereira, 2021), de modo que tornou possível a identificação dos seus efeitos para a produção de saúde mental.

Este estudo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN (CAAE 75841723.1.0000.5537), o que viabilizou o início do trabalho de campo.

Em compromisso com a integridade das participantes e a confidencialidade das informações produzidas, os nomes utilizados são fictícios. Optamos por adotar nomes de mulheres quilombolas historicamente implicadas na luta por liberdade e por condições dignas de vida em seus territórios, como forma de resguardar as interlocutoras sem apagar a dimensão política que atravessa suas existências.

Resultados e discussões

A Casa da Mulher Quilombola, conquistada pelas próprias mulheres da comunidade, constitui um território de encontro, cuidado e organização coletiva. Situada em uma encruzilhada, espaço de confluências, atravessamentos e multiplicidades (Almeida, 2022), a Casa tornou-se um importante ponto de articulação da vida comunitária e das ações desenvolvidas pelas mulheres. Foi nesse espaço, marcado pela circulação de saberes, experiências e lutas, que se realizou o Círculo de Cultura objeto deste relato, em 31 de abril de 2024.

O Círculo de Cultura aqui relatado, inspirado nos sistematizados por Freire, respeitou seus princípios metodológicos e foram didaticamente estruturados a partir de alguns momentos nomeados também por Freire (1967/2020) como itinerário de pesquisa, a saber: investigação temática ou tematização, codificação e decodificação (problematização), e desvelamento crítico. Além disso, também foram centrais para a mediação do diálogo a compreensão dos construtos centrais da interseccionalidade como premissas orientadoras que moldam a práxis interseccional.

Durante a investigação temática, enquanto primeiro momento de vivência do Círculo de Cultura (Freire, 1967/2020), foi realizado o levantamento dos temas a serem discutidos pelas mulheres. Neste momento, as participantes foram provocadas a falar sobre saúde mental de

modo que trouxeram suas vivências neste campo a partir de experiências de vida na comunidade.

As palavras e temas geradores mobilizados pelas mulheres durante essa etapa foram: experiências enfrentadas por mulheres-mães de crianças que demandam muito trabalho de cuidado, o uso abusivo de álcool, desejo de liberdade, preocupações e sobrecarga de trabalho doméstico, isolamento social, a vivência com pessoas que “reclamam de tudo”, processos de adoecimento físicos, ansiedade, medo, uso contínuo de medicações e experiências de racismo na escola (Queiroz, 2025). Assim, as palavras e temas geradores, mobilizados a partir de suas experiências individuais e coletivas, tornaram possível um levantamento inicial dos problemas psicossociais mais recorrentes no cotidiano das mulheres.

Vale salientar que a temática das experiências de racismo na escola foi escolhida pelas mulheres como centro das discussões, que foram aprofundadas e problematizadas no Círculo de Cultura e converteram-se em discussões acerca do processo de luta pelo território, relações afetivas e sexuais entre pessoas heterossexuais brancas e negras e violências relacionadas ao corpo negro (cor, cabelo, nariz e outros traços físicos associados a negritude).

Conforme Freire (1967/2020, pp. 10-11), “as palavras não existem independentemente de sua significação real, de sua referência às situações”. Desse modo, na segunda etapa, a partir das palavras e temas geradores que emergiram no momento da tematização, trabalhamos a codificação e a decodificação - momentos indissociáveis na prática do Círculo de Cultura. No primeiro - codificação -, as mulheres compartilharam os seus entendimentos sobre o tema gerador, contextualizando-o:

Eu lembro que eu sofri muito. Eu acredito que a maioria das pessoas aqui sofreu muito com racismo, né? Principalmente começando nas escolas, chegava dia de a gente chegar em casa chorando, né? Porque, nossa, era muito xingamento, muito mesmo! Chamava a gente de todo tipo de coisa (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio).

O que ficou na minha mente foi lembrar das pessoas que mexiam com a gente, no caso do racismo, chamando de negrinha... Até hoje isso mexe com o psicológico da gente, porque a gente criou tipo uma revolta. Tu viu que ela [Dandara dos Palmares] lembrou, então isso marcou muito, por a gente ser negra... até hoje tenho isso registrado na minha mente. Era ‘negra’, ‘negrinha’, ‘negra do cabelo de bombril de arear panela’. Entendesse? ‘Negra do Grilo’, ‘negro do Grilo não presta’... isso afetou a minha mente de um jeito... Essa revolta que eu tenho comigo mesma, eu trago isso lá do passado, do período da escola... a gente só tinha sossego nas férias, mas a gente não podia colocar os pés na escola que começava logo pelos cabelos, que aqueles brancos tinham horror! (Mãe Bernadete Pacífico, 43 anos - Registro de áudio) [grifo nosso].

As experiências de racismo escolar compartilhadas pelas participantes assumiram a função de “temas dobradiças” (Freire, 2005), pois, embora não tenham emergido inicialmente

como tema gerador, mobilizaram outras problemáticas consideradas centrais pelas mulheres na compreensão de suas trajetórias e condições de vida. A partir do diálogo e da reflexão coletiva, tais experiências possibilitaram articular diferentes saberes e vivências, expressando como as relações de poder de raça, gênero, classe e território, de forma complexa, se entrecruzam na produção das desigualdades que atravessam seus corpos e cotidianos.

Assim, ao problematizarem as maneiras pelas quais contam e significam suas próprias experiências, no diálogo estabelecido entre as participantes e o primeiro autor - que atuou como mediador da prática grupal -, produziu-se um processo coletivo de leitura crítica da realidade que fortaleceu o reconhecimento dos elementos que a constituem, configurando o movimento de descodificação, conforme sistematizado por Paulo Freire (1967/2020) em seu itinerário de pesquisa.

Alí não vivia todo mundo em igualdade, não... ninguém queria brincar com a gente. ‘Os negros do Gilo brincam separados’, ‘os negros do Grilo não brincam com a gente’. Então a gente era excluída, sabe? Essa parte que a menina [Dandara dos Palmares] falou [o tema do racismo na escola], até hoje isso mexeu e ainda mexe, porque eu lembro das coisas que aconteceram na escola. Então esse racismo contra os negros, contra nós, quilombolas, isso já vem de longe. Isso já vem dos nossos antepassados, muito de trás (Mãe Bernadete Pacífico, 43 anos - Registro de áudio) [grifo nosso].

Preconceito, racismo, tudo tinha lá. Lá tinha um monte que não se enturmavam com os meninos que eram daqui. Por causa disso, meu primo também já pensou em levar uma arma para a escola, para matar aqueles que estavam mexendo com ele, sendo racistas... essa é uma revolta que não se acaba. Isso não acaba. Isso vem, se arrasta e vai, por mais que o pessoal tente combater, mas continua. E não começa pelos negros, não. Começa e vem dos brancos isso. (Dona Jovita Sacramento, 43 anos - Registro de áudio).

As experiências mobilizadas expressam que o racismo vivido no ambiente escolar não se restringe a episódios pontuais de discriminação, mas participa da produção de modos de subjetivação marcados pela inferiorização racial, pelo sofrimento e pela negação de pertencimento, produzindo efeitos duradouros sobre a saúde mental. A permanência das lembranças, a revolta mencionada pelas participantes e a atualização dessas experiências décadas depois denunciam que a violência racial permanece operando como experiência subjetiva ativa. Em diálogo com Fanon (2008), compreendemos que o racismo atua sobre a constituição da autoimagem e do reconhecimento social, produzindo formas de sofrimento que ultrapassam o momento imediato da agressão.

Abdias do Nascimento (2019) argumenta que a formação social brasileira se ancora em mais de três séculos de exploração sistemática da população negra, inaugurada no contexto colonial escravista e sustentada por múltiplas formas de desumanização. Esse processo instituiu

relações de poder que não se encerram no passado, mas seguem operando na produção de desigualdades e na perpetuação da injustiça social na vida da população negra. Tal herança colonial não apenas estruturou hierarquias raciais, como também conformou modos de ver, sentir e viver, incidindo diretamente sobre as experiências subjetivas e interpessoais (Pereira, 2020).

No interior desse sistema, bell hooks (1982/2019) explicita que o sexismo intensificou de maneira brutal a violência vivida pelas mulheres escravizadas, cujos corpos eram constantemente expostos, sobretudo à violência sexual, sem qualquer possibilidade de amparo moral ou jurídico. A condição dessas mulheres era atravessada por uma vigilância permanente de sua vulnerabilidade, marcada pelo medo contínuo da violação - um traço que, longe de ser episódico, integra a própria lógica de dominação racial e de gênero (hooks, 1982/2019). Como aponta Pereira (2020), essa articulação entre racismo e sexismo não apenas organizou a exploração material dos corpos negros, mas também produziu regimes de significação que ainda hoje estruturam as vivências afetivo-sexuais de mulheres negras, especialmente por meio da hipersexualização e da deslegitimação de seus vínculos afetivos.

Nesse sentido, ao discutirem experiências de racismo no contexto escolar, algumas mulheres trouxeram à tona experiências de relações inter-raciais heterossexuais vividas com homens brancos nesse período. Tais experiências denunciam como, desde cedo, suas trajetórias afetivo-sexuais foram atravessadas por hierarquias raciais e de gênero, nas quais desejo, reconhecimento e violência se imbricam, reiterando dinâmicas históricas que articulam subjetividade, intimidade e desigualdade (Pereira, 2020).

A negra é só para satisfazer a vontade. Antigamente [na época em que estudava], tinha homem branco que dizia, ‘vou ficar com aquela neguinha’. Às vezes até achava a pessoa bonita - porque as mulheres aqui do quilombo são bonitas -, mas não queriam compromisso, só queria se aproveitar da mulher negra... se aproveitar eu estou falando de namoro... é, sexualmente (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio) [grifo nosso].

Se um homem branco tiver um relacionamento, por exemplo, com uma mulher negra, os amigos vão falar, ‘vixe, você tá com aquela negrinha ali?’ ... eu tive uma experiência de ouvir até mesmo na escola... o cara branco, todo malandro, e o amigo falou, ‘eu não teria coragem de ficar com aquela negra, eu não teria coragem de apresentar para a família, mas para usar eu teria’ (Esperança Garcia, 19 anos - Registro de áudio).

Crenshaw (2002) afirma que os sistemas interseccionais de poder são historicamente constituídos e não operam igualmente em todos os tempos e lugares. A autora também alega que aqueles que se sobressaem e combinam-se em cada contexto social variam. Nesse sentido, os relatos acima apresentam experiências que carregam características contextuais de sistemas

e relações de poder que referem-se mutuamente à raça e gênero por carregarem elementos que funcionam como articuladores entre tais sistemas, orientando a investigação interseccional.

Assim, identificamos, a partir das experiências mobilizadas, que, nesse contexto social específico, raça e gênero em interação articulam-se e costuram-se complexamente, de forma indissociável, referências mútuas estabelecidas a partir de elementos da moralidade sexual branca, que articula-se também com a estética do corpo da mulher negra, objetificando-a, ao passo que também produz sofrimento na relação das mulheres negras com o próprio corpo. O relato a seguir expressa tais reflexões:

Antigamente, a gente pegava um pó, tinha uns cremes que a gente ia comprar e as mulheres e algumas meninas iam comprar, colocava um cabelo... Ficava ouvindo que o cabelo era duro, infelizmente... então a gente ia comprar o produto pra jogar na cabeça, para o cabelo ficar lisinho. A gente não se aceitava de jeito nenhum, embora que, muitas das mulheres colocando esse produto, ficaram doentes, com hematomas na cabeça, ferida na cabeça, porque também não sabia nem usar, né? Na verdade, por causa desses preconceitos, desse racismo, a gente foi buscar um meio de saída, e esse meio foi assim. Muitas das vezes eu tomava banho com água sanitária. Eu pegava um pouco de água sanitária, um pouquinho de água, aí pegava uma bucha né? E começava a me esfregar. Eu acredito que tenham sido as palavras que saíram da boca do outro [branco], que faziam com que a gente agisse dessa forma, de a gente pensar assim né? E tudo isso afeta a saúde mental (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio) [grifo nosso]. Achavam que preto não pode casar com branco porque naquele tempo [período da escravidão] os brancos se aproveitavam muito dos negros. Por exemplo, se fosse dono de fazenda aproveitava das empregadas.... Aí as mães pensavam o quê? 'Aquele branco só vai aproveitar a minha filha, não vai querer um compromisso com a minha filha, só vai usar e abusar e depois some, que branco não gosta de negro'. Então tudo isso fica na mente das pessoas, das pessoas negras, da maioria... naquele tempo quem tinha suas fazendas e tinha seus escravos fazia o que queria, porque era negro, porque o escravo e estava ali, na cabeça dos brancos, para servir, então eu tenho certeza que ele aproveitava macho, fêmea.. então tinha muito abuso ali, eles tinha uma pessoa com um animal, fazia o que quisesse (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio) [grifo nosso].

As experiências acima revelam como o racismo pode ser incorporado aos processos de constituição subjetiva, produzindo formas de autonegação e sofrimento dirigidas ao próprio corpo. Como argumenta Fanon (2008), a violência colonial opera também pela interiorização de padrões de humanidade que colocam a negritude em posição de inferioridade. Nesse caso, o sofrimento não emerge de características individuais das participantes, mas de relações sociais historicamente constituídas. A saúde mental aparece, portanto, atravessada pelas disputas em torno do reconhecimento, da identidade e da possibilidade de construir uma relação com o próprio corpo que não o violenta.

As experiências denunciam, ainda, que a objetificação sexual das mulheres negras produz efeitos que ultrapassam a esfera das relações afetivas, alcançando processos de autoestima, pertencimento e reconhecimento. Tais experiências revelam como racismo e

sexismo operam conjuntamente na produção de vulnerabilidades psicossociais, afetando as formas pelas quais essas mulheres constroem suas experiências de si e dos outros.

Nessa direção, as relações entre homens brancos e mulheres negras, a partir das experiências destacadas acima, nos permitem concordar com Pereira (2021) na consideração de que são relações condicionadas à demarcação da mulher negra como alguém diferente, tendo em vista, hegemonicamente, os aspectos do seu corpo serem compreendidos pelos homens brancos como atributos que despertam atração sexual e, portanto, o corpo da mulher negra serviria enquanto objeto de uso para satisfação.

Tais considerações, em confluência com as reflexões das participantes sobre suas experiências nos lembram o que Lélia Gonzalez (1995/2020b) refletiu sobre a figura estereotipada da mulher negra enquanto mulata - outro lado da mucama (1981/2020c, p. 202) -, categoria própria de objeto sexual no feérico carnaval do Brasil que reforça ideologicamente o mito da democracia racial brasileira - onde o preconceito é não ter preconceito (2020b, p. 168) -, em que os aspectos de seu corpo são hipersexualizados, objetificados e superexplorados sexualmente, transformada em mercadoria para consumo nacional e internacional, recaindo na categoria “erótico-exótico” (2020b, p. 170). Lélia Gonzalez ainda afirma que as mulheres que não se adequam a esses parâmetros são rejeitadas pelo estereótipo. Nessa perspectiva, notamos como intimamente se articulam sexismo e racismo e como tais sistemas e relações de poder, ao se interseccionarem, produzem efeitos violentos nos corpos e modos de subjetivar das mulheres negras em particular (1983/2020d).

Segundo Pereira (2021), hegemonicamente, o envolvimento inter-racial é compreendido como uma transgressão às fronteiras raciais estabelecidas pelo homem branco, que se torna um agente de ruptura ao ultrapassar os limites de seu grupo racial. Nesse contexto, o contato com sujeitos(as) de outros segmentos raciais é rigidamente regulado por normas de moralidade sexual. Tais códigos permitem interações informais fundamentadas em relações sexuais, mas impõem restrições severas ao casamento, visto como um mecanismo essencial para preservar a integridade dessas fronteiras.

Como mencionado anteriormente, ao passo que os corpos das mulheres negras são hipersexualizados e objetificados pelos homens brancos, os corpos que não reforçam o estereótipo da mulata, são rejeitados e interpelados por violências cruéis relacionadas a elementos da estética. Segundo Pereira (2021, p. 452), “a estética concerne tanto ao imperativo

da beleza imposto às mulheres quanto à associação entre negritude e feiura no imaginário nacional”.

Santos e Santos (2020) afirmam que as lutas territoriais acompanham lutas educacionais que se articulam à luta pela própria identidade, elementos centrais nas lutas das comunidades quilombolas. A conquista dos territórios permite também a conquista por uma educação específica pautada por um ensino comunitário, que valoriza a cultura, os saberes e práticas que emergem dos/nos territórios. Nesse sentido, essa forma específica de educação desempenha um papel fundamental no fortalecimento discursivo, na qualificação das discussões e, consequentemente, na construção e consolidação da identidade coletiva.

Antigamente tudo era umas coisas mais escondidas, né? As pessoas tinham muito medo de falar das coisas - eu mesma tinha. Mas hoje em dia não. Hoje em dia a gente tem liberdade para falar. A gente tem liberdade. Hoje em dia, a gente já sabe da nossa identidade. Então hoje em dia a gente tem aquela identidade [registro da associação] na mão. Sou negra. Tá declarado, né? Sou quilombola hoje em dia (Anastácia, 44 anos - Registro de áudio).

Antigamente, a gente não sabia quais eram os nossos direitos, qual era o nosso lugar, mas, a partir do momento que começou a vir pessoas trazerem esses conhecimentos para a gente, a gente começou a se aceitar como negra e a gente, agora, sabe qual é o nosso valor e o nosso lugar. O nosso lugar é aqui, nessas terras, e a gente não deixa mais ninguém pisar na gente, humilhar a gente lá fora. Agora, a gente sabe o valor que a gente tem como negro. Primeiro, tudo começou depois que a gente teve conhecimento [do termo quilombola] e começou a se aceitar como negro, aí a gente começou a lutar, e a luta não foi sozinha. Quando veio esse pessoal [da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CENEQ)] aqui trazer conhecimento para a gente, foi todo mundo junto, todo mundo em coletivo. Todo mundo lutou junto, né? Foi em coletivo, as negradas todas do quilombo começaram a se juntar, estudar, conhecer e se aceitar pelo o que tomavam conhecimento, e essa luta não parou, nem para, né? É em conjunto, é em coletivo (Maria Felipa, 40 anos - Registro de áudio).

Se o racismo produz sofrimento, a construção coletiva da identidade quilombola aparece nas experiências mobilizadas no Círculo de Cultura como importante estratégia de produção de saúde mental. O reconhecimento enquanto mulheres negras e quilombolas, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a participação na luta pelo território constituem processos de ampliação da autonomia e do pertencimento. Em diálogo com Martín-Baró, compreendemos que a conscientização coletiva da realidade psicossocial representa a elaboração de um “saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social” (Martín-Baró, 1997, p. 14), na medida em que transforma interpretações individualizadas do sofrimento em compreensão crítica das estruturas que o produzem. Se a escola produziu sofrimento, os processos educativos comunitários produziram resistência e cuidado.

Assim, no decorrer da Círculo de Cultura, quando essas expressões de consciência individuais foram articuladas, discutidas, contestadas e agregadas de maneiras que refletiram a heterogeneidade de suas condições enquanto mulheres de um mesmo grupo, uma consciência coletiva de grupo, empenhada em resistir à opressão, tornou-se possível. Conforme aponta Collins (2019), a capacidade das mulheres negras de elaborar suas expressões individuais da consciência cotidiana em um ponto de vista coletivo articulado, autodefinido, é fundamental para a sua sobrevivência, pois viabiliza o investimento em novas ações a partir das reflexões sobre as anteriores.

Consideramos que, nestas etapas, os diálogos produzidos nos ajudaram a desvelar os impactos do racismo, do sexismo e das opressões de classe articuladas aos processos de luta pelo território enquanto sistemas e relações de poder e opressão que operam na produção da saúde mental das mulheres participantes, o que tornou possível a investigação de como estes sistemas se inter relacionam e determinam os modos de produção de saúde mental nesse contexto específico.

Visando a aposta na potência transformadora das participantes, a partir do reposicionamento de suas ações, o Círculo de Cultura proporcionou um espaço de reflexão e problematização que culminou na etapa do desvelamento crítico. Nessa etapa, o grupo de mulheres, pela via do compartilhamento de experiências, construíram coletivamente uma consciência sobre suas próprias realidades, compreendida a partir de outras perspectivas, ideias e caminhos para a ação (Freire, 1981).

Nesse sentido, ao refletirem sobre as diversas violências que atingem seus corpos-territórios - entendidos como uma conjunção indissociável que recusa separar o corpo individual do coletivo, o humano do território e da paisagem, afirmando o corpo não como propriedade individual, mas como continuidade política, produtiva e epistêmica (Gago, 2020) -, as mulheres também elaboraram possibilidades de resistência a tais opressões, construindo a compreensão de que resistir na intersecção dos sistemas de dominação e transformar a realidade é um processo necessariamente coletivo.

Por exemplo, quando uma mulher [da comunidade] chega e fala que está sofrendo com o marido, que ele está tratando ela mal, gritando, batendo, fazendo violência com ele e ela compartilha isso com alguma de nós, com a gente, eu tenho certeza que ela está fazendo isso porque chegou no limite, ela não consegue sozinha, sozinha ela não vai conseguir enfrentar. Mas ela vai conseguir enfrentar se for para enfrentar junto. Enfrentar junto, dar apoio, que às vezes nem na família, nem em casa ela tem. E não é só enfrentar junto, mas também denunciar. Denunciar e enfrentar junto, porque denunciando a gente está combatendo um pouco o machismo e o racismo também (Luísa Mahin, 40 anos - Registro de áudio) [grifo nosso].

A gente precisa ser forte, se fortalecer todas nós juntas, as mulheres. Nós mulheres, quando a gente se reúne aqui na Casa da Mulher Quilombola, a gente fica mais forte e consegue enfrentar esses problemas aí. Agora, se a for cada uma por si, infelizmente, a gente não consegue, a gente fica logo doída, perde a saúde, que já é pouca. É difícil. A gente está na Casa da Mulher Quilombola, que é a casa da gente, nós mulheres. Eu acho que isso é uma coisa muito importante para nós. Essa casa é o lugar da gente se reunir para enfrentar as coisas que a gente vive aqui juntas (Dandara dos Palmares, 45 anos - Registro de áudio).

A Casa da Mulher Quilombola emerge nas experiências mobilizadas como um espaço comunitário de referência e cuidado não só físico, mas constituído como um território de acolhimento, escuta, solidariedade e construção coletiva de estratégias de enfrentamento das opressões. Em consonância com hooks (2021), a experiência sugere que a cura não se produz isoladamente, mas por meio de relações comunitárias capazes de sustentar processos de resistência e produção de vida. Nessa direção, a Casa da Mulher Quilombola pode ser compreendida como espaço produtor de saúde mental, por favorecer o fortalecimento dos vínculos sociais, da autonomia e da participação coletiva.

As reflexões construídas de maneira coletiva, enfatizaram as temáticas que se desdobraram no tema central escolhido para o Círculo de Cultura e trouxeram, a partir de suas experiências singulares, como vivenciam tais problemas psicossociais em seus cotidianos. Assim, reconhecemos que são diversos os sistemas de opressão que operam cotidianamente na realidade das mulheres participantes, no entanto, a forma como mobilizam tais problemas referem-se às relações de poder que, nesse contexto específico, ao se interpelarem, dizem respeito simultaneamente a gênero, raça e classe, sofrendo de vulnerabilidades sobrepostas, especialmente atreladas aos seus territórios. Tal afirmação se dá por compreendermos, a partir das reflexões e ações das próprias mulheres, gênero e raça como sistemas de significado e regimes de representação construídos e reforçados teórico e ideologicamente (Oyěwùmí, 2021), que permite à sociedade burguesa funcionar há séculos (Vergès, 2020).

Desse modo, como sistemas de significado e regimes de representação, gênero e raça não podem ser compreendidos de maneira isolada, uma vez que dispõem de histórias, características e conteúdos morais e lógicas de sentido na realidade social e histórica brasileira que lhes são próprios, pois convergem em vários pontos de maneira complexa, mutuamente referidos e mesmo indissociáveis (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020a; Pereira, 2021; Collins, 2022; Vigoya; 2023) e seus efeitos reverberam nas formas como a saúde mental é produzida e experimentada pelas mulheres.

Os temas problematizados durante o Círculo de Cultura expressaram a realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade, ao passo que, ao tomarem posição ativa na investigação das temáticas, tornou possível a construção e potencialização de uma consciência crítica e coletiva desta realidade (conscientização), que se aprofundava na medida em que novas temáticas eram desveladas e, paulatinamente, a partir de seus desdobramentos, eram problematizadas.

Desse modo, a aposta na relação dialógica entre todas(os) as(os) sujeitas(os) envolvidas(os) no processo sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que a vivência de novas experiências, podem, por sua vez, potencializar uma mudança de consciência por meio do processo de ação-reflexão-ação (Freire, 1967/2020; Collins, 2022). Assim, o Círculo de Cultura não apenas investigou experiências de sofrimento associadas ao racismo escolar, mas criou condições para sua reelaboração coletiva.

Considerações finais

A experiência relatada neste estudo expressa o potencial da articulação entre pesquisa participativa, educação popular e interseccionalidade para a produção de conhecimento comprometido com a transformação social e a promoção da saúde mental em contextos quilombolas. Ao tomar as experiências de racismo vividas pelas mulheres no contexto escolar como tema central de problematização, o Círculo de Cultura possibilitou a construção de um espaço coletivo de reflexão crítica sobre as múltiplas relações de poder que atravessam suas trajetórias, favorecendo o fortalecimento de vínculos, a reafirmação identitária e a valorização dos saberes produzidos no território.

Os resultados apontam que experiências de racismo escolar não se restringem ao passado, permanecendo inscritas na vida adulta e produzindo repercussões sobre a saúde mental das participantes. Ao mesmo tempo, expressam que processos educativos fundamentados no diálogo, na escuta e no reconhecimento das diferenças podem constituir importantes estratégias de enfrentamento das desigualdades e de produção de cuidado. Nesse sentido, a escola emerge como um território marcado por contradições: espaço de reprodução de violências e exclusões, mas também de possibilidades para a construção de práticas emancipatórias e antirracistas.

Por fim, a experiência reafirma a importância de metodologias participativas que reconheçam os sujeitos como protagonistas na produção do conhecimento e na construção de respostas coletivas às problemáticas que atravessam seus cotidianos. A aproximação entre

educação popular e interseccionalidade mostrou-se particularmente fecunda para compreender criticamente as desigualdades que incidem sobre a vida das mulheres quilombolas e para fortalecer processos de organização, resistência e cuidado produzidos no próprio território. Trata-se, portanto, de uma aposta ético-política na construção compartilhada de conhecimentos e práticas comprometidas com a autonomia, a justiça social e a defesa da vida.

Por certo, esses são alguns caminhos e propostas provisórias; não existem posições conclusivas, são sempre datadas e localizadas. No entanto, parecem corresponder às preocupações teóricas levantadas sobre as fontes da educação popular, da interseccionalidade e da pesquisa participativa no campo da saúde mental, mas sobretudo das mulheres que tornaram possível a construção deste estudo.

Referências

- Akotirene, C. (2022). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra.
- Almeida, M. (2022). *Devir quilomba: antirracismo, afetos e políticas nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brandão, C. R., & Borges, M. C. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6, 51–62. <https://doi.org/10.14393/REP-2007-19988>
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–133.
- Chassot, C. S. (2018). A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. *Revista Psicologia e Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181737>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–187. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>.
- Fals Borda, O. (1981). Aspectos teóricos da pesquisa participante: Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C. R. Brandão (Org.). *Pesquisa participante* (pp. 42–62). São Paulo: Brasiliense.

- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA (Trabalho original publicado em 1952).
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação* (3ª ed.). São Paulo: Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para liberdade* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2020). *Educação como prática de liberdade* (46ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra (Originalmente publicado em 1967).
- Gago, V. (2020). *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante.
- Gonzalez, L. (2020a). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonzalez, L. (2020b). A mulher negra no Brasil. *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar (Originalmente publicado em 1995).
- Gonzalez, L. (2020c). Democracia racial? Nada disso! *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 202 (Originalmente publicado em 1981)
- Gonzalez, L. (2020d). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 76 (Originalmente publicado em 1983).
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos (Originalmente publicado em 1982).
- hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas*. Editora Elefante.
- Kyrillos, G. M. (2024). Interseccionalidade: proposta de um mapa provisório. *Revista Estudos Feministas*, 32(2), e90290.
- Krohling-Peruzzo, C. (2017). Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, 23(3). Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009>.

Martin-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Revista Estudos de Psicologia, (Natal)*. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>.

Moretti, C. Z., & Adams, T. (2011). Pesquisa participativa e educação popular: epistemologias do sul. *Educação e Realidade, 36*(2), 447–463. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999>.

Nascimento, A. (2019). *O Quilombismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro.

Nascimento, M. V. N., & Oliveira, I. M. F. F. (2020). *Práticas integrativas e complementares grupais no SUS e o diálogo com a educação popular*. Curitiba: CRV.

Oyěwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Pereira, B. C. J. (2020). *Dengos e zangas das mulheres-moringa: Vivências afetivo-sexuais de mulheres negras*. Latin America Research Commons. <https://doi.org/10.25154/book6>

Pereira, B. C. J. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas: Revista de Ciências Sociais, 21*(3). <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>

Queiroz, G. S., Leite, J. F., & Nascimento, M. V. N. (2025). Interseccionalidade e produção da saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo, Paraíba. *Rev. Psicologia & Sociedade, 37*, e301108. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37e301108>

Santos, M. M. da S., & Santos, P. F. dos. (2020). A educação quilombola como elemento de fortalecimento e consolidação da identidade na comunidade de Conceição das Crioulas. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, 14*(53), 271–279. <https://doi.org/10.14295/online.v14i53.2870>

Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.

Vigoya, M. V. (2023). *Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitario*. Buenos Aires: CLACSO.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 30/04/2026
Aprovado em: 10/06/2026
Publicado em: 11/07/2026

Received on April 30th, 2026
Accepted on June 10th, 2026
Published on July, 11th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Funding

National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Queiroz, G. S., Leite, J. F., & Nascimento, M. V. N. (2026). Círculo de Cultura como ferramenta de pesquisa e cuidado em saúde mental de mulheres quilombolas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20627.

ABNT

QUEIROZ, G. S.; LEITE, J. F.; NASCIMENTO, M. V. N. Círculo de cultura como ferramenta de pesquisa e cuidado em saúde mental de mulheres quilombolas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20627, 2026.